



Entrevista

Entrevista com Marcelo Freixo

Marcelo Freixo é formado em história pela Universidade Federal Fluminense, militando desde a época da graduação na defesa dos direitos dos encarcerados. Já foi pesquisador de Organizações não-governamentais e assessor parlamentar. Filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), já está em seu terceiro mandato como deputado estadual, tendo sido o candidato mais votado das últimas eleições no Rio de Janeiro. Em 2012, foi candidato a prefeito do Rio de Janeiro, ganhando mais de 900 mil votos (30% do total), o que lhe garantiu o segundo lugar na disputa. Militante dos direitos humanos, presidiu em 2007 a CPI do tráfico de armas, instalada na ALERJ (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), e desde 2009 é presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania naquela mesma casa legislativa.

No dia 18 de abril de 2015, após uma inspiradora palestra durante o 30º Encontro Mineiro de Estudantes de Direito, entre uma conversa e outra, pouco antes de voltar para o Rio de Janeiro, o professor e deputado gentilmente nos cedeu uma entrevista, após a qual foi registrada a foto que se encontra na seção de “memória” desta edição.

Intrv. : Marcelo, para você qual é o papel do ensino institucionalizado e especificamente do ensino de direito na formação da juventude e na formação da democracia?

M. F. : Então, eu sou formado em história, mas como eu trabalho com direitos humanos a muitos anos na minha vida eu sempre dialoguei muito com estudantes de direito, defensores e militantes que passaram pelo curso de direito. Eu acho que é decisivo o curso de direito se aproximar de uma concepção de justiça que vai para além da lei, o Brasil é um país que tem uma

distância muito grande entre o real e o legal,então é preciso que o estudantes de direito tenha um pouco de Paulo Freire na sua formação, não só dos códigos civil,penal etc. O que é preciso é aprender a ler o mundo, como Paulo Freire falava, e ler o mundo muitas vezes não é só lendo o código penal, código civil ou qualquer norma legal. É preciso entender mais um pouco, preciso ver as pessoas , ver aqueles que estão fora, ver de quem a lei está falando e sobre o que ela fala. Então, eu acredito que o ensino institucionalizado tem o seu papel,ele é

importante, mas é preciso um exercício permanente e um hábito para se aproximar da realidade.

Intrv. : E você como representante político, qual é a maneira que você enxerga a forma de aproximar a representação política da população.

M. F. : Olha eu acho que eu não represento muito essa política de hoje não, estou meio em crise, inclusive. Isso porque até que ponto eu penso o que eu faço e como ele não representa o que está acontecendo. Isso são dramas, enfim, estou confessando algo muito pessoal, reais. Não é fácil viver nesse mundo representativo, estamos vivendo em uma grande crise da democracia, da representatividade no pós-ditadura, no qual um determinado modelo de democracia que nasceu, ruiu, ele acabou. Eu concordo com o Safatle [Vladimir Safatle] quando ele diz isso: a nova democracia morreu. Então nós precisamos reinventar a democracia, a nova democracia precisa contar com internet, com novas formas de participação direta, precisa contar com uma concepção de cidade que envolva mais as pessoas na suas decisões cotidianas, porque a política hoje veio pra rua, ela se deslocou pra rua. Essa política não cabe mais na institucionalidade. Ela tem

institucionalidade, é importante ter partido, é importante ter os tribunais, mas ela precisa de algo mais. A população quando vai pra rua dizer que nada representa ela também está falando da defensoria, do ministério público, ela está falando do tribunal de justiça, dos partidos, dos parlamento, dos governos. Ela está falando de toda uma vida institucional. Então essa vida institucional precisa entender que ela não da conta de tudo que está acontecendo. Ela precisa entender que as formas mais direita de participação precisam ganhar mais espaço, a população deve ter a capacidade de tomar decisão.

Intrv. : Somente mais uma pergunta, Marcelo: Se e como o Direito pode ser um elemento de combate as desigualdade e de transformação social?

M. F. : Ele não é isso naturalmente, assim como a democracia não é naturalmente. Aí o Brecht [Bertolt Brecht] "Nada deve parecer natural. Nada deve parecer impossível de mudar". Eu acho que o ensino de direito ele tem que se posicionar, e cada um que faz o curso de direito tem que buscar se posicionar, quem diz que governa pra todo mundo, mente para alguém. Quem diz que legisla para todo

mundo, também mente para alguém. Quem diz que julga igualmente todas as pessoas, mente para alguém. Então você vive uma realidade social que você tem que aprender lê-la, e aprender a entender; e daí você tem que ter lado, que país que você quer construir. Daí é isso que o Direito tem que fazer.

